**LÉLIA GONZALEZ COMO ARTESÃ DE REDES EDUCATIVAS CONTRA AS**

**DESIGUALDADES SOCIAIS ESTRUTURAIS**

Flávia Helena Santos da Silva, Doutoranda em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Desenvolvimento Local da UNISUAM, Especialista em Relações Étnico Racial na Educação Básica do Colégio Pedro II, Especialista em Direito Civil e Processo Civil da UNISUAM, Graduada em Direito pelo Centro Universitário da Cidade, Licenciada em História pela Universidade Anhanguera, professora de história e advogada.

Marcia Soares Alvarenga é professora associada da UERJ. Doutora em Educação pela UFRJ, atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (PPEJAT/CNPq). Pós-Doutorado em Educação pela UFMG (CNPq) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Évora. Bacharel em Direito pela UFF e Licenciada em Pedagogia pela UERJ. Integra o Programa de extensão e pesquisa Vozes da Educação: Políticas, História e Memória das escolas.

**Resumo**

O presente trabalho se insere no contexto dos trinta anos da ausência da intelectual militante Lélia Gonzalez (1935-1994).  Tem-se por objetivo refletir criticamente sobre contribuições do pensamento social desta intelectual na construção de redes educativas que repercutem em relações pedagógicas antirracistas. O  trabalho se ancora teórico-metodologicamente nas categorias gramscianas de intelectual orgânica e hegemonia com as quais delineamos que Lélia é paradigmática na tessitura de redes educativas de movimentos inclusivos e antirracistas que chegam ao tempo presente. Fontes bibliográficas e um ensaio teórico-empírico de Lélia. Concluímos que Lélia constitui-se como tecelã pioneira dos fios interseccionais de gênero, de  raça e de classe, que a projeta como intelectual educadora de novo tipo, inspiradora de movimentos em redes educativas que veio a influenciar políticas públicas inclusivas que se contrapõem às desigualdades sociais nas clivagens raça, gênero e classe.

**Palavras-chave:** Lélia Gonzalez; Intelectual orgânica; Redes Educativas; Desigualdades estruturais.

**Introdução**

O presente trabalho constitui uma etapa do processo de pesquisa em nível de doutorado que se encontra em curso no Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais (UERJ-FFP). Esta etapa inicial se insere no contexto dos trinta anos da ausência da intelectual militante Lélia Gonzalez (1935-1994) e nos convida à reflexão sobre o percurso intelectual da autora, tendo como recorte a década de 1970 e os anos iniciais da década de 1980, período em que esta intelectual feminista negra, fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU-1978) se destaca nas lutas contra a ditadura empresarial-militar e contra os sistemas opressivos de raça, gênero e classe operados pelo capitalismo nos quais a questão racial se impõe na formulação de sua original teoria social.

O objetivo do presente texto é o de abordar a participação desta intérprete social do Brasil na subcomissão que discutiu a questão da situação social da comunidade negra e os seus desdobramentos para as políticas públicas educacionais na perspectiva de uma educação antirracista.

**2. Caminhos teórico-metodológicos**

Encaminhamos nossas reflexões por uma perspectiva que entende a questão racial enfrentada por Lélia com desdobramentos que impactam o direito à cidadania da comunidade negra em seus enlaces de raça, gênero e classe, no qual se inscreve o direito à educação.

Do ponto de vista teórico-metodológico, nos apoiamos na reflexão do materialismo dialético, por favorecer compreender sobre “o aqui, o agora e o antes, e o daqui a pouco (...)” (IANNI, 2001, p. 399-400), no sentido de interrogar elementos que impulsionam as violências simbólicas e materiais desferidas contra a população negra, mulheres e expropriados pelo capital e as lutas sociais pelo direito à memória e a história dos excluídos da história, concomitante às lutas pelo direito à educação e suas repercussões na totalidade da vida social. Situamos a posição de Lélia Gonzalez em suas análises sobre a formação histórico-social do capitalismo periférico dependente no Brasil, projetando-a como intelectual pública engajada e organizadora de redes educativas, especialmente do Movimento Negro Unificado (MNU-1978), que miram a superação de sistemas opressivos operados pelo capital.

 Tomamos como referência as categorias gramscianas de intelectual orgânica e hegemonia com as quais delineamos uma compreensão de que Lélia é paradigmática na tessitura de redes de movimentos antirracistas que chegam ao tempo presente. As fontes bibliográficas e o ensaio de Lélia sobre “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” (2020) constituem o corpus empírico documental. Dados os limites de uma proposta de resumo expandido, nos ocuparemos de alguns excertos captados do ensaio pela qual pode-se apreender o projeto de sociedade que Lélia Gonzales busca tecer.

**3. O pensamento social de Lélia Gonzalez e o campo educacional: primeiras aproximações**

O processo de pesquisa de doutorado iniciado no ano de 2024 PPGEdu (FFP/UERJ) nos dão pistas que, diferentemente das áreas de Sociologia e Antropologia o pensamento social de Lélia Gonzalez, na área da educação, ainda se apresenta incipiente.

Em consulta e levantamento no *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes* como fonte primeira fonte de pesquisa encontramos duas dissertações no período de 2006, três anos pós a aprovação da Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, a qual alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", o que, em nossa hipótese inicial, poderia impulsionar a contribuição de Lélia Gonzalez como uma das precursoras no campo das políticas públicas de caráter antirracista.

A implementação da lei 10.639/03 trouxe mudanças significativas aos currículos escolares, uma vez que os materiais didáticos utilizados em sala de aula tiveram que contemplar temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira, o que contribui para que os afrodescendentes reconhecessem suas origens, sua ancestralidade, sem ser sob a ótica de subalternidade, da cultura folclórica ou exótica.

Sua promulgação foi um avanço para a educação e, ainda, para os Direitos Humanos, pois houve o reconhecimento do racismo, ainda que tardio pelo Estado. Acreditava-se no mito da democracia racial e que regras asseguradoras de uma igualdade formal perante a lei de todos os grupos étnicos componentes da Nação seria suficiente para garantir a existência de uma sociedade harmônica.

Em um recorte bibliográfico recente (2019-2024), ao inserir a palavra-chave “Lélia Gonzalez” localizamos 04 pesquisas, as quais, entre os anos 2019 a 2023 que, ao menos em uma primeira aproximação de pesquisa, têm relação com a pesquisa de doutorado em curso, ou seja, as contribuições de Lélia Gonzalez para o campo do direito à educação.

**4. Produção bibliografia do Pensamento Social de Lélia Gonzalez e o direito à educação**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tese ou Dissertação** | **Título** | **Autor (a)** | **Programa de Pós** | **Instituição** | **Ano** |
| Dissertação | O que se cala: os direitos humanos a partir do pensamento de Lélia Gonzalez | Ana Camila de Oliveira | Mestrado em Direitos Humanos | UFPE | 2022 |
| Dissertação | Encruzilhadas epistemológicas entre Lélia Gonzalez e Paulo Freire | Andrea Cavalcanti de Mendonça | Mestrado em Educação | UFRRJ | 2023 |
| Dissertação | Raça, classe e gênero e a contribuição de Lélia Gonzalez para o pensamento social | Mirelle Silva Martins | Mestrado em Ciências Sociais | UFU | 2023 |
| Dissertação | Trajetórias ausentes: um estudo sobre intelectuais negras como ferramenta para um ensino decolonial, antirracista e antissexista | Francideia Gomes Sousa de Carvalho | Mestrado Profissional em Ensino de História | FUESPI | 2022 |

**Fonte:** Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, consulta realizada em 16 de abril de 2024.

Verificamos que o nome Lélia Gonzalez se aproxima com temas multidisciplinares e que no período pesquisado há apenas dois trabalhos que explicitam o campo educacional, seja do tipo de mestrado acadêmico e mestrado profissional, o que demonstra uma necessidade de mais discussões sobre o direito à educação, tendo como referência a problemática das desigualdades estruturais que tenha como referência o pensamento social de Lélia Gonzalez.

Dada à relevância desta intelectual, a sua trajetória pode ser apurada em dois momentos de difusão de seu pensamento social. Araújo (2020) identifica que no curso da década de 1970 e que se estende até o início da década de 1980, esta intelectual se debruça para compreender o capitalismo dependente brasileiro tomando como um dos seus fios de análise o papel das questões raciais nesta peculiar formação histórico-econômica. Como destaca Araújo (2020, p.2).

 Nesse momento, observa-se uma influência marxista significativa, ainda que a autora estabelecesse com essa matriz de pensamento um diálogo bastante crítico. No decorrer dos anos 1980, as categorias marxistas de análise vão dando lugar a um diálogo com a psicanálise, com o feminismo e, principalmente, a uma perspectiva ligada ao afrocentrismo – podendo ser caracterizada aí uma segunda fase de sua obra.

Nesse percurso de pensamento, Lélia diferencia sua análise e introduz as categorias gênero e raça como expressões materiais integradas na conformação do capitalismo dependente e argumenta que o gênero e a etnicidade compõem a escala amplificada da força de trabalho. A autora analisa que os efeitos da exploração capitalista são vividos de forma diferenciada entre brancos e negros, intensificando a superexploração da população negra pelo capital. Acentua que na divisão racial do trabalho, o racismo

(...) é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. (Gonzalez, 2020, p. 35)

Neste mesmo ensaio, a autora sustenta que a ocorrência do processo de urbanização agudiza a proletarização da população negra atingida pelo: “desemprego aberto ou não, […] trabalho ocasional, ocupação intermitente ou por temporada” (p. 35).

A complexidade se torna maior quando a autora, ao relacionar gênero e etnicidade expõe a materialidade da superexploração da mulher negra e sua situação educacional, como destacamos:

O Censo de 1950 foi o último a nos fornecer indicadores sociais básicos relativos à educação e ao setor da atividade econômica da mulher negra. A partir daí, pode-se constatar: seu nível de educação é muito baixo. (...). Do ponto de vista da atividade econômica, apenas cerca de 10 % atuam na agricultura e/ou na indústria (...); os 90% restantes estão concentrados no setor de serviços pessoais. (p. 38).

Nesses excertos do seu ensaio pode-se apreender que a militância de Lélia Gonzalez mantém relação com os conceitos “intelectual orgânico” e “hegemonia”, delineado por Gramsci (2000) e avança para uma dimensão de intelectual orgânica de tipo novo ao inter-relacionar as categorias raça, gênero e classe como estruturantes do Estado brasileiro profundo, sendo necessário construir relações pedagógicas de hegemonia.

Assim, se engaja em grau máximo na função organizativa das “massas marginais”, dedicando-se às análises de conexões entre sistemas opressores no/do capitalismo patriarcal. A sua figura de tecelã destas conexões, mais tarde reconhecidas por outras autoras como “interseccionalidade”, a projeta como intelectual educadora de movimentos em redes na formação de bloco histórico-político pela hegemonia. Convoca setores populares subalternizados a atuarem nas esferas públicas do Estado na disputa e construindo projeto de hegemonia. Sendo este chamamento inspirado, entre outras, a aprovação da Lei 10.639/03, a qual torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.

**Considerações finais**

Neste texto buscamos destacar Lélia Gonzalez como uma intelectual orgânica de tipo novo na tessitura de uma educação antirracistaque não se limita à instituição escolar, mas nas diversas esferas da vida social nas quais o racismo, o sexismo e a exploração das massas marginais prevalecem. O ensaio brevemente analisado nos dá mostras de que, como intelectual orgânica de tipo novo, Lélia é uma tecelã que enreda, organiza e mobiliza coletivos sociais com vistas a superar sistemas opressores inerentes ao capitalismo dependente, inspirando relações pedagógicas de hegemonia antirracistas. Lélia Gonzalez não foi intelectual individual, mas intelectual “massa” das “massas marginais”. Ou seja, intelectual que tece com redes educativas paixões, aspirações e necessidades, relacionando-as com uma concepção de mundo inovadora e avançada pelo fio da interseccionalidade.

**Referências**

ARAÚJO, Bárbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. **Revista Jacobina**, 2020. Disponível em**:** <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro>**.** Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. Lei no 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. 10639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira**”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan.2003.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. RIOS, Flávia.; LIMA, Marcia (Orgs.). **Lélia Gonzalez. Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro:Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IANNI, Otávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 397-416, abril, 2011.